

Fundamento legal: Incisos I e III, do Art. 60, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ n.º 720/2014 c/c o Art. 44-B, I e III da Lei n.º 2657/96

Parágrafo Único -/Os efeitos do cancelamento da inscrição estadual retroagirão à data de 31/07/2020, por força do art. 61, § 4º, I, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ n.º 720, de 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - Declarar a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos, desde a data indicada no parágrafo único do artigo anterior, pelo detentor da inscrição estadual 11.770.037, com apoio no art. 24, XVI, do livro VI, do Decreto n.º 27.427, de 17 de novembro de 2000.

Parágrafo Único -/O contribuinte que tenha efetuado registros com base nos documentos fiscais acima mencionados e não adotar as providências previstas na legislação em vigor, inclusive o estorno dos créditos decorrentes, sujeitar-se-á às sanções legais pertinentes.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2026

JOSÉ EDUARDO LOPES TEIXEIRA FILHO

Superintendente de Fiscalização e Inteligência Fiscal

Id: 2709982

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO**

ATO DO SUPERINTENDENTE

***PORTARIA SEFAZ/SUPTRIB Nº 30 DE 22 DE JANEIRO DE 2026**

DIVULGA A BASE DE CÁLCULO DO ICMS NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM CAFÉ CRU, NO PERÍODO DE 19 A 25 DE JANEIRO DE 2026.

O **SUPERINTENDENTE DE TRIBUTAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 35, inciso XII, do Anexo da Resolução SEFAZ nº 414, de 25 de julho de 2022, com a redação da Resolução SEFAZ nº 821, de 25 de setembro de 2025, tendo em vista o disposto na cláusula segunda do Convênio ICMS nº 15/90, de 30 de maio de 1990, e na cláusula primeira do Protocolo ICMS nº 07/90, e o que consta no processo nº SEI-040006/003023/2026,

RESOLVE:

Art. 1º A base de cálculo do ICMS nas operações interestaduais com café cru, para o período de 19 a 25 de janeiro de 2026, é o valor da saca de 60 (sessenta) quilogramas em dólares dos Estados Unidos da América, conforme a espécie:

I - café arábica: US\$ 421,5000

II -café conillon: US\$ 257,5000

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2026

MARCOS SPENCER DE OLIVEIRA MAIA

Superintendente de Tributação

*Omitido no D.O. de 23 de janeiro de 2026.

Id: 2709909

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO**

ATO DA SUBSECRETÁRIA

**PORTARIA SEFAZ/SUBCONT Nº 035/
DE 23 DE JANEIRO DE/2026**

ATUALIZA E SUBSTITUI AS FONTES DE RECURSOS PARA REGISTRO DAS RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL DECORRENTES DE ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS, NO ÂMBITO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SIAFE-RIO, E REVOGA A PORTARIA CGE Nº 119, DE 21 DE JUNHO DE 2006.

A **SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**,/no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 2º do Anexo IV do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Fazenda, aprovado pela Resolução SEFAZ nº 48, de 18 de junho de 2019, e

CONSIDERANDO:

- que a Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado - SUBCONT, integrante da estrutura da Secretaria de Estado de Fazenda, é o Órgão Central de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro;

- as diretrizes estabelecidas no Decreto Estadual nº 46.794, de 15 de outubro de 2019, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Estadual;

- o disposto no Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020, que versa sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - SIAFIC;

- a necessidade de assegurar a integridade do registro contábil das receitas e despesas decorrentes da alienação de bens no Sistema Integrado de Gestão Financeira e Contábil do Estado do Rio de Janeiro - SIAFE-Rio;

- o disposto no Art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

- a necessidade de atualização e substituição das fontes de recursos instituídas pela Portaria CGE nº 119, de 21 de junho de 2006, em razão da evolução dos sistemas corporativos de gestão financeira e contábil do Estado e da implementação do SIAFE-Rio;

- ainda, a orientação do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro quanto ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle da execução orçamentária e financeira dessas receitas; e

- o constante dos autos do processo nº SEI-040004/000045/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Atualizar e substituir as Fontes de Recursos do Sistema Integrado de Gestão Financeira e Contábil do Estado do Rio de Janeiro - SIAFE-Rio, anteriormente instituídas pela Portaria CGE nº 119, de 21 de junho de 2006, para fins de controle da execução orçamentária das receitas de capital provenientes da alienação de bens e direitos integrantes do patrimônio dos órgãos e entidades do Governo do Estado do Rio de Janeiro, bem como das despesas de capital decorrentes da aplicação dessas receitas, conforme a seguir:

I - fonte 1.755.133 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta - Tesouro;

II - fonte 1.755.233 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta - Diretamente Arrecadadas;

III - fonte 1.756.233 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta - Diretamente Arrecadadas;

IV - fonte 2.755.233 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta Diretamente Arrecadadas;

V - fonte 2.756.233 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta - Diretamente Arrecadadas.

Parágrafo Único - O SIAFE-Rio, por meio da funcionalidade sistêmica denominada Regra de Compatibilidade, assegurará que as receitas decorrentes da alienação de bens e direitos sejam registradas, obrigatoriamente, com Natureza de Receita classificada como Receita de Capital e com Fonte de Recursos compatível com a origem desses recursos, impedindo o registro de atos e fatos contábeis em desconformidade com o disposto no caput deste artigo.

Art. 2º - Ficam excepcionalizados do impedimento sistêmico descrito no artigo 1º:

I - as despesas correntes do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, atendendo à ressalva do artigo 44 da Lei Complementar nº 101/2000.

II - as despesas correntes das empresas estatais em liquidação, consoante autorização legal e que visem o encerramento da liquidação e a extinção da estatal.

Art. 3º - Os registros contábeis efetuados em desacordo com o disposto no art. 1º, deverão ser objeto da devida reclassificação contábil.

Art. 4º - Fica revogada a Portaria CGE nº 119, de 21 de junho de 2006.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro do exercício corrente.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2026

YASMIM DA COSTA MONTEIRO

Subsecretária de Contabilidade Geral do Estado

Id: 2709615

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

**DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 21/01/2026**

PROCESSO Nº SEI-040005/001008/2025 - Em razão do exposto no referido processo e nos termos do Manual do Sindicante, aprovado pelo Decreto nº 7.526/1984, **DECIDO** pela celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em face dos sindicatos, com fundamento no Decreto Estadual nº 46.339/2018.

Id: 2709921

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA**

**Decisões proferidas na Sessão Ordinária,
realizada por videoconferência, no dia 09/12/2025**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acordãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo de publicação nº: SEI-20071-001/000010/2020

Recurso nº 80463 - Processo nº SEI-040016/000431/2021 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Interessada: RECICLAPLAST INDUSTRIA DE PLASTICOS E RECICLAGEM LTDA - Relator: Conselheiro Gustavo Kelly Alencar - DECISÃO: Pelo voto de qualidade, dar provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Paulo Eduardo de Nazareth Mesquita, designado redator, devendo o feito retornar a Primeira Instância Administrativa para apreciação do mérito apresentado na impugnação. Vencidos os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar e Marcelo Costa Marques D'Oliveira. - Acórdão nº 20647 - EMENTA: RECURSO DE OFÍCIO - ICMS - MULTA FORMAL. Considerando os fatos narrados no relatório da operação "Coleta Fal-sa", que aponta graves vícios na criação de empresas de fachada, entre elas a fornecedora da Autuada, assim como em seus livros e documentos fiscais e contábeis; considerando a não comprovação da efetiva ocorrência das operações objeto da Inicial; deve ser afastada a alegada nulidade da autuação, com retorno dos autos à Junta de Revisão Fiscal para julgamento das demais alegações de defesa. RECURSO DE OFÍCIO PROVIDO. AFASTADA A NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO.

**Decisões proferidas na Sessão Ordinária,
realizada por videoconferência, no dia 21/01/2026**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acordãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo de publicação nº: SEI-20071-001/000010/2020

Recurso nº 81319 - Processo nº E-04/034/013272/2015 - Recorrente: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Interessada: CASAS GUANABARA COMESTIVEIS LTDA - Relator: Conselheiro Rubens Nora Chammass - DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 20664 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Recurso nº 82040 - Processo nº SEI-040040/000369/2023 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Interessada: VIA S/A - Relator: Conselheiro Marcelo Costa Marques D Oliveira - DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 20665 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Recurso nº 82041 - Processo nº SEI-040040/000480/2023 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Interessada: VIA S/A - Relator: Conselheiro Marcelo Costa Marques D Oliveira - DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 20666 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

**Decisões proferidas na Sessão Ordinária,
realizada por videoconferência, no dia 22/01/2026**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acordãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo de publicação nº: SEI-20071-001/000010/2020

Recurso nº 82912 - Processo nº SEI-040006/011941/2024 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Interessada: SOLVEN SOLVENTES E QUIMICOS LTDA - Relator: Conselheiro Marcelo Costa Marques D Oliveira - DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 20668 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Recurso nº 83585 - Processo nº SEI-040006/005683/2024 - Recorrente: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Interessada: MARCELLO RODRIGUES BASTOS E OUTROS - Relator: Conselheiro Rubens Nora Chammass - DECISÃO: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 20670 - EMENTA: ITD - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Id: 2709724

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA**

Pauta Aditiva de Julgamento para a Sessão Ordinária, do dia 10 de fevereiro de 2026, às 14h, por videoconferência, nos termos da Portaria CCERJ nº 047/2022.

Recurso Voluntário nº 83493 - Processo nº SEI-040006/039271/2024 - Recorrente: YONIC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Rubens Nora Chammass - Representante da Fazenda: Natalia Faria de Souza. Patrono: Patrick Henriques Gonçalves OAB/RJ 253.996.

Processo de Publicação nº SEI-20071-001/000010/2020. *NOTA EXPLICATIVA: Conforme dispõe o §3º do artigo 72 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes/RJ com redação dada pela Resolução SEFAZ nº 80 de 23/06/2017, publicada no D.O. 27/06/2017, fls. 08/09: "... os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação".

Id: 2709948

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária, do dia 3 de março de 2026, às 12h, por videoconferência, nos termos da Portaria CCERJ nº 047/2022.

Recurso nº 73630/RV - Processo nº SEI-E-04/040/000756/2017 - Recorrente: HSJ COMERCIAL S.A. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Alex Gabriel Siveris da Rosa - Representante da Fazenda: Joao Paulo Melo do Nascimento -

Recurso nº 80049/RV - Processo nº E-04/211/001763/2020 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - Representante da Fazenda: Joao Paulo Melo do Nascimento - Patrono: Hélio Siqueira Júnior, OAB/RJ nº 62.929.

Recurso nº 83995/RO - Processo nº SEI-040039/000776/2023 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Interessada: DROGARIAS PACHECO S.A. - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - Representante da Fazenda: Joao Paulo Melo do Nascimento.

Recurso nº 84015/RO - Processo nº SEI-040039/000736/2023 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Interessada: DROGARIAS PACHECO S.A. - Relator: Conselheiro Graciliano Jose Abreu dos Santos - Representante da Fazenda: Joao Paulo Melo do Nascimento.

Processo de Publicação nº SEI-040087/000031/2020. *NOTA EXPLICATIVA: Conforme dispõe o §3º do artigo 72 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes/RJ com redação dada pela Resolução SEFAZ nº 80 de 23/06/2017, publicada no D.O. 27/06/2017, fls. 08/09: "... os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação".

Id: 2709932

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária, do dia 3 de março de 2026, às 14h, por videoconferência, nos termos da Portaria CCERJ nº 047/2022.

Recurso nº 72123/RV - Processo SEI nº E-04/036/000243/2017 - Recorrente: OI MÓVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Graciliano Jose Abreu dos Santos - Representante da Fazenda: Raphael Antonio Nogueira.

Recurso nº 74032/RV - Processo SEI nº E-04/040/000755/2017 - Recorrente: HSJ COMERCIAL S.A. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Alex Gabriel Siveris da Rosa - Representante da Fazenda: Joao Paulo Melo do Nascimento.

Recurso nº 76120/RO - Processo nº SEI-E-04/211/024278/2019 - Recorrente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - Interessada: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS - Relator: Conselheiro Rodrigo Barreto de Faria Pinho - Representante da Fazenda: Joao Paulo Melo do Nascimento.

Recurso nº 83996/RO - Processo nº SEI-040039/000781/2023 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Interessada: DROGARIAS PACHECO S.A. - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - Representante da Fazenda: Joao Paulo Melo do Nascimento.

Processo de Publicação nº SEI-040087/000031/2020. *NOTA EXPLICATIVA: Conforme dispõe o §3º do artigo 72 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes/RJ com redação dada pela Resolução SEFAZ nº 80 de 23/06/2017, publicada no D.O. 27/06/2017, fls. 08/09: "... os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação".

Id: 2709933

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária, do dia 5 de março de 2026, às 14h, por videoconferência, nos termos da Portaria CCERJ nº 047/2022.

Recurso nº 73599/RV - Processo nº SEI-E-04/040/000768/2017 - Recorrente: HSJ COMERCIAL S.A. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Alex Gabriel Siveris da Rosa - Representante da Fazenda: Joao Paulo Melo do Nascimento.

Recurso nº 78087/RV - Processo nº SEI-E-04/211/010492/2020 - Recorrente: METALÚRGICA VALENÇA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Rodrigo Barreto de Faria Pinho - Representante da Fazenda: Joao Paulo Melo do Nascimento. Patrono: Dr. Moacyr De Oliveira Araújo, OAB/RJ nº 168.616.

Recurso nº 84076/RO - Processo nº SEI-040039/000513/2023 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Interessada: DROGARIAS PACHECO S.A. - Relator: Conselheiro Rodrigo Barreto de Faria Pinho - Representante da Fazenda: Joao Paulo Melo do Nascimento.

Recurso nº 84115/RO - Processo nº SEI-040039/000607/2023 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Interessada: DROGARIAS PACHECO S.A. - Relator: Conselheiro Graciliano Jose Abreu dos Santos - Representante da Fazenda: Joao Paulo Melo do Nascimento.

Processo de Publicação nº SEI-040087/000031/2020. *NOTA EXPLICATIVA: Conforme dispõe o §3º do artigo 72 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes/RJ com redação dada pela Resolução SEFAZ nº 80 de 23/06/2017, publicada no D.O. 27/06/2017, fls. 08/09: "... os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação".

Id: 2709934

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária, do dia 5 de março de 2026, às 12h, por videoconferência, nos termos da Portaria CCERJ nº 047/2022.

Recurso nº 73627/RV - Processo nº E-04/040/000757/2017 - Recorrente: HSJ COMERCIAL S/A - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Alex Gabriel Siveris da Rosa - Representante da Fazenda: Joao Paulo Melo do Nascimento.